

Parecer nº 78/98

Data: 1998.07.08

Processo nº 399

Reclamante: Domingos José Fernandes Fevereiro

Entidade Reclamada: Direcção-Geral dos Serviços Prisionais

1. Domingos José Fernandes Fevereiro, identificado no processo, actualmente recluso no Estabelecimento Prisional Regional de Monção, apresentou à Direcção-Geral dos Serviços Prisionais (DGSP) em 31 de Março de 1998, um requerimento onde solicitava o seguinte:
 - a) A reprodução através de fotocópias dos actos legislativos e administrativos, nomeadamente, leis, decretos-lei, decretos-regulamentares, resoluções da Assembleia da República, resoluções do Conselho de Ministros, decretos, portarias, despachos normativos, circulares, ofícios-circular, ordens de serviço, despachos normativos internos, instruções e orientações de interpretação legal e/ou de enquadramento da actividade administrativa, despachos de delegação de competência e/ou poderes, despachos de nomeação de substitutos do pessoal dirigente da DGSP, incluindo dos estabelecimentos prisionais, previstos na Lei Orgânica dos Serviços Prisionais, na Reforma Prisional, no Estatuto do Guarda Prisional, na Resolução do Conselho de Ministros, em vários decretos leis identificados, em várias circulares identificadas;
 - b) Despachos de delegação de poderes e/ou competência, proferidos pelo Ministro da Justiça, Secretários de estado, Director Geral dos Serviços Prisionais, Subdirector Geral dos Serviços Prisionais, e restante hierarquia da Direcção Geral dos Serviços Prisionais centrais e externos.
 - c) Mais requereu a isenção de pagamento na reprodução e envio das solicitadas cópias ao abrigo do artigo 11º do Código de Procedimento Administrativo.

2. Não tendo obtido qualquer resposta até 5 de Maio de 1998, o cidadão requerente apresentou à Comissão de Acesso Aos Documentos Administrativos (CADA), com data de entrada de 29 de Maio de 1998, uma reclamação do indeferimento tácito do pedido, nos termos do nº 4 do artigo 15º da Lei nº 65/93, de 26 de Agosto (LADA).
3. A reclamação deu entrada em tempo oportuno. De facto, no momento da apresentação do requerimento à Comissão já se perfizera o prazo de 35 dias previsto no nº 3 do artigo 15º da LADA.
4. Como questão prévia verifica-se pelo conteúdo da presente reclamação, que o requerido já foi parcialmente apreciado pela CADA, em sede de reclamação, no seu Parecer nº 323, de 13 de Maio de 1998, onde os sujeitos são idênticos, bem como o teor do requerido, pelo que se reafirma a doutrina aí proferida, cabendo recurso judicial no caso de a posição final da entidade reclamada ser de indeferimento expresso ou tácito (cfr nº 3 do artigo 16º e artigo 17º, ambos da LADA).
5. O mesmo se afirma quanto às orientações administrativas de interpretação de diplomas legais, designadamente circulares, ofícios - circulares, ordens de serviço, despachos normativos, remetendo-se o Reclamante para o Parecer nº 323 desta Comissão, onde esta Comissão já teve oportunidade de se pronunciar sobre matéria igual, e que se reafirma.

Acresce que o reclamante no seu pedido não identifica os actos normativos e administrativos que pretende, não cabendo à Administração Pública efectuar qualquer trabalho de investigação para os identificar.

No caso, porém, de a entidade reclamada deter lista de onde conste a identificação de tais actos, a solução será a preconizada no parecer já identificado, para cujos termos se remete.

Em conclusão:

1ª - Verificando-se a repetição parcial do pedido, e como tal da reclamação (atenta a identidade de sujeitos e do requerido), em confronto com o pedido apreciado no Parecer nº 323 desta Comissão, onde esta Comissão já se tinha pronunciado sobre matéria idêntica, reitera-se esse parecer, cabendo recurso judicial da decisão final da entidade reclamada.

2º - Quanto ao solicitado na presente reclamação e relativamente a matéria ainda não apreciada anteriormente, reitera-se, igualmente, o conteúdo do Parecer nº 323.

Lisboa, 8 de Julho de 1998.

João Figueiredo (Relator) – *José Magalhães* – *Silva Marques* – *Francisco de Brito* -
José Renato Gonçalves – *Gameiro dos Santos* - *Branca do Amaral* – *João Labescat* -
Castro Martins (Presidente)